

REVISTA ELETRÔNICA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES
ISSN 1678-3182

VOLUME V

NÚMERO XX

JAN - MAR 2007

Machado de Assis: jornalismo e leituraPatricia Kátia da Costa Pina
Universidade Estadual de Santa Cruz**RESUMO:**

Investigação de estratégias de produtores de bens culturais impressos, no oitocentos brasileiro, com o objetivo de formarem hábitos de leitura. Estudo das relações entre jornalismo e literatura no século XIX. Análise de crônicas de Machado de Assis.

PALAVRAS-CHAVE:

Leitura, Literatura, Jornalismo

Machado de Assis: press and reading**ABSTRACT:**

The paper aims to investigate the strategies developed by editors and writers of press culture at the brazilian eight hundred years, to form lecture custom. It aims also to studie the relationship between literature and press in nineteen century and to analise Machado de Assis's chronicles.

KEYWORDS:

Reading, Literature, Press

Machado de Assis: jornalismo e leitura

Patrícia Kátia da Costa Pina

*A senhora é uma linda frase de artista. Tem nas formas um magnífico substantivo: os adjetivos são da casa de Madame Guimarães. A boca é um verbo. **Et verbo caro facta est.***

Machado de Assis, *A Semana*, 29 de outubro de 1893.

Machado de Assis atuou regularmente na imprensa fluminense: publicou contos, romances, textos críticos e muitas, muitas crônicas. Entre 1892 e 1897, bem como em parte do ano de 1900, ele ocupou as páginas da *Gazeta de Notícias*, com a coluna “A Semana”. Nela, publicou interessantíssimas crônicas, nas quais relia os principais assuntos noticiados durante a semana e, com sua pena de narrador, atava-os, remetendo o público consumidor do periódico a um suposto repertório comum de conhecimentos, tanto sobre o cotidiano da época, como sobre literatura, música, teatro etc.

As crônicas machadianas seguem, no plano discursivo, o mosaico característico da página jornalística da época: são textos que circulam entre o fato e a ficção, proporcionando ao receptor, de certa forma, uma visão fluida das barreiras entre um e outra. O cronista cria uma espécie de sincronicidade entre acontecimentos aparentemente díspares, quase uma costura invisível, que viabilizaria ao consumidor do periódico um processo de reflexão sobre a realidade circundante.

Além disso, a crônica machadiana me parece ser um dos instrumentos mais bem sucedidos de relação texto/leitor. A escrita, simplificada pela natureza do suporte, não deixa escapar o viés crítico próprio da escrita do Bruxo fluminense. No entanto, há uma espécie de preservação dos protocolos da comunicação oral, preservação esta que certamente aproximou da escrita os receptores ainda pouco afeitos ao impresso.

O trecho posto em epígrafe pertence a uma das muitas crônicas machadianas. O narrador encena uma conversa sua com uma leitora insatisfeita, que reclama por reencontrá-lo no jornal, em lugar de encontrar “...um senhor alto, cheio, bem-parecido...”(ASSIS, 1957[1893], p.406), com quem “conversara” na semana anterior, durante sua ausência por problemas de saúde. Fica clara a relação entre a crônica e as conversas familiares

domingueiras, quando idéias, até importantes, eram trocadas sem compromisso maior que o do entretenimento. Mas fica na sombra da palavra, também, a função da crônica enquanto formadora de hábitos de leitura e consumo de bens culturais impressos.

A leitora reclama a presença do escritor, colocando sob suspeita a doença alegada e imputando ao texto a característica de soporífero (ASSIS: op.cit., p.409). Sua ousadia carrega uma dupla representatividade: tanto supõe uma dada atitude autoral, como indicia uma situação para o leitor no cenário cultural oitocentista brasileiro – a de norteador de toda a produção de bens culturais.

Sua “fala” traz também a noção de que a publicação nos periódicos da época era uma função social importantíssima, era um trabalho – noção nova e interessante – cujos frutos seriam a criação de um público fiel, sempre ávido pelo consumo de sua parcela cotidiana de ficção – e reflexão...

Marisa Lajolo e Regina Zilberman afirmam que “...só existem o leitor, enquanto papel de materialidade histórica, e a leitura, enquanto prática coletiva, em sociedades de recorte burguês, onde se verifica no todo ou em parte uma economia capitalista.”(LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p.16) Leitor e consumidor são, portanto, termos equivalentes no dezanove brasileiro.

Daí a ousadia da “ficção de leitora” na crônica machadiana: é ela a grande agente do meio intelectual, concebido enquanto mercado de circulação de bens culturais. Daí a autoridade a ela atribuída. O leitor oitocentista não é uma mera virtualidade representada no texto, ele existe potencialmente: orientar seu gosto, estabelecer modos de habituá-lo a determinado tipo de texto e/ou de publicação eram ações autorais/editoriais importantíssimas. Marisa Lajolo e Regina Zilberman definem uma das estratégias para contactá-lo, para seduzi-lo:

Estes leitores de carne e osso, dos quais se ocupam os censos e que sustentam o negócio dos livros, passíveis, portanto, de serem historicizados e estudados estatisticamente, têm sua contrapartida textual: o leitor empírico, destinatário virtual de toda criação literária, é também direta ou indiretamente introjetado na obra que a ele se dirige. Assim, nomeado ou anônimo, converte-se em texto, tomando a feição de um sujeito com o qual se estabelece um diálogo, latente mas necessário. (LAJOLO, ZILBERMAN, op. cit., p.116-117)

Introjetar o leitor empírico na obra, ficcionalizando-o como personagem ou, até mesmo, como interlocutor estrutural do narrador, é um instrumento de ligação entre o texto e o leitor, estabelece um diálogo necessário, como meio de convencimento e persuasão do mesmo, habituado a uma cultura oralizada e pouco acostumado ao impresso, ainda muito novo, com menos de noventa anos de vida em solo brasileiro, na época da publicação da crônica aqui recortada.

Intimamente ligada a uma espécie de cruzada pedagógica no campo cultural, própria do século XIX, essa “ficcionalização de leitor” se apresenta como expediente de sedução do público real. O receptor, em relação aos produtores de bens culturais impressos, é uma alteridade a ser conquistada, e isso com os meios que estiverem disponíveis, dentre os quais, o diálogo acima discutido.

A busca de contato não se estabelece apenas entre o cronista, representante ficcional do periódico, e a leitora, ou o leitor, dá-se também internamente, melhor dizendo, entre escritores. Novamente em 1894, o cronista precisa ausentar-se, e é substituído pela mesma pessoa que o fez em 1893. A ausência ocorre em 29 de abril. O título da crônica substitutiva é “Uma Semana”, como o título da crônica substitutiva do ano anterior.

A frase inicial, que denota, pelo uso das reticências, a presença da oralidade no espaço primordial da escrita, é bastante sugestiva: “...ou antes, mais uma e sem exemplo.”(ASSIS, 1957[1894], V.27, p.455). A substituição, ao que tudo indica, não permitiria que se rompesse o hábito da leitura da coluna, a falta do cronista não teria desarranjado a linha do tempo, sequer teria feito da semana algo diferente, peculiar.

Na crônica de 6 de maio de 1894, semana seguinte à ausência do cronista, o primeiro parágrafo dialoga com o texto da semana anterior, isto é, com o cronista substituto. O dono da coluna reafirma o motivo da ausência: esteve doente. Lança mão de uma hipérbole corriqueira: “...estive à morte...”(ASSIS, op.cit., p.85), exagero bem ao gosto do público acostumado às estratégias discursivas românticas. Constrói, ainda, um discurso bem-humorado porque melodramático:

São assim os homens. O vil interesse os guia; almas baixas, duras e negras, não vêm no mal de um amigo outra coisa mais que uma ocasião de brilhar. Não falemos nisto. Desde pequeno, ouço dizer que a má ação fica com quem a faz. (Idem)

Mais um estratagema para tocar a leitora, ou o leitor, em seu ponto fraco: o apelo a uma moralidade maniqueísta e de almanaque, moralidade esta que, de maneira divertida, entroniza o cronista como vítima da ambição alheia e o substituto como ser mesquinho, que quer fazer fama à custa de “um pobre doente”. Trata-se da encenação de uma disputa intelectual, na qual todos os envolvidos acabam ficando em evidência: o substituto, apesar de ser desenhado com aspectos negativos, traz cores de solidariedade, por ter socorrido o colega; o substituído, fazendo-se de vítima dos homens e das circunstâncias, apela para o sentimentalismo burguês; a coluna, por ser tão disputada, aparece com roupagens bastante atrativas. Tais meios constituíram estratégias de sedução, envolvimento e persuasão do leitor “real”, percorrendo a obra de inúmeros escritores, desenhando as páginas dos diferentes periódicos de então.

Em suas reflexões sobre a leitura e seus efeitos, Wolfgang Iser desenvolve a idéia do “leitor implícito”, forma de construção discursiva, que admite múltiplas realizações, inclusive estruturais, responsável pela introjeção de elementos textuais orientadores da leitura.

O referido teórico parte das interações humanas: tendo em vista sermos obrigados a um cotidiano de interpretações, pode-se observar que estabelecemos na interação diádica face a face uma série de elementos que permitem o início e a permanência do contato com o outro.

O texto literário, que também participa de uma relação diádica com o leitor, pode ser reconstruído no processo de leitura através dos vazios, comuns às interações humanas, através de sua sistematização, organização, combinação – o leitor, em face da literatura, é um turista, que, por não conhecer as práticas locais, precisa verificar sempre sua produção de sentido. O imaginário do receptor é ativado e preside o ato da leitura, exatamente por meio dessa relação transitiva que as estruturações textuais viabilizam.

Relacionando a comunicação oral cotidiana à obra literária, a reflexão iseriana aponta para os instrumentos que possibilitam a interação texto/leitor, dados pelo texto e apropriados pelo receptor e que funcionariam por meio dos “atos de fingir”, da ativação do imaginário: “Apenas a imaginação é capaz de captar o não-dado, de modo que a estrutura do texto, ao estimular uma seqüência de imagens, se traduz na consciência receptiva do leitor.”(ISER, 1996, p.79)

Em “The Reading Process: A Phenomenological Approach”, Wolfgang Iser analisa o processo de construção literária: este não se identificaria única e exclusivamente com o texto enquanto materialidade escrita, nem apenas com a produção de sentido proveniente da

leitura, mas seria o resultado da interação entre produção e recepção. Há, portanto, segundo o autor, uma virtualidade que dinamiza a literatura, em cujo âmbito o leitor tem importância fundamental: este daria mobilidade ao texto, a partir do uso das várias perspectivas que lhe são oferecidas (ISER, 1975, p.275).

Essa virtualidade, posta por Iser no domínio textual, pode ser mais ampla, se entendermos que um texto não é apenas e somente um arranjo especial de palavras. As palavras impressas são levadas ao receptor através de uma mídia, de um suporte, esse suporte é bastante importante no processo de recepção, interferindo nele, conduzindo também a apropriação efetuada pelo receptor no ato da leitura.

Roger Chartier, no âmbito da História da Leitura, retoma Iser, em sua proposta do leitor implícito, e investiga a “leitura implícita”, ampliando e deslocando o objeto iseriano: “Uma segunda maquinaria, puramente tipográfica, sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos de um texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejada pelo autor”. (CHARTIER, 1996, p.96) Na teoria iseriana, o que conta para o estudo do leitor e da leitura é focar as senhas trabalhadas pelo autor – trata-se de um estudo da “produção de textos”. Chartier propõe que a estas senhas se cruzem outras, ligadas à “produção de livros”.

Em “A História da Leitura de Gutenberg a Bill Gates”, Martyn Lyons relê Michel de Certeau: “ O leitor é um invasor, rastejando pela propriedade de outrem atrás de propósitos nefastos.”(LYONS, 1999, p.11) Depreende-se da definição dada que a atividade de leitura seria invasiva, audaciosa, independente. Mais adiante, na mesma página e no mesmo contexto teórico, ele afirma:

...o leitor individual insinua seus significados e objetivos dentro do texto de outrem. Cada leitor individual tem meios silenciosos e invisíveis de subverter a ordem dominante da cultura de consumo. (LYONS, op. cit., idem)

O leitor, sob tal ótica, tem poder sobre o texto que lê, mas me parece um poder de natureza diferente do que lhe era conferido nas crônicas machadianas e do que era analisado por Marisa Lajolo e Regina Zilberman. Para Michel de Certeau,

A uma produção racionalizada, expansionista, além de centralizadora, barulhenta e espetacular corresponde outra produção, qualificada de “consumo”: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível,

pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (DE CERTEAU, 1996, p.39)

Se o leitor, conforme a reflexão aqui estabelecida, é quem movimenta o mercado cultural – que lhe é imposto, registre-se –, sua apropriação dos bens culturais impressos é pessoal; como afirmei antes, é ousada, desafiadora. Ao menos, pode ser, e a leitora das crônicas de Machado de Assis o atesta.

Infere-se, também, que a leitura seria produção e atividade de indivíduos dominados por uma ordem maior, estruturadora das formas e manifestações da escrita. Na teoria de Michel de Certeau, os leitores só são dominados sob a ótica dos produtores de bens culturais, i.e., dos dominadores, e isso porque aqueles desenvolvem táticas de apropriação que fogem às determinações destes, implícitas no texto e no suporte – os leitores, fracos *a priori*, tirariam partido dos produtores, seres fortes nessa “cadeia alimentar” intelectual.

Martyn Lyons, no capítulo estudado, declara encontrar nas Estéticas da Recepção e do Efeito, representadas aqui por Iser, uma ajuda na empreitada historiográfica de caça ao leitor, mas reflete:

Essas idéias fecundas infelizmente carecem de dimensão histórica: elas tratam textos literários como estáticos e imutáveis. No entanto, eles são constantemente reeditados através dos tempos, em versões e formatos diferentes e a preços variáveis. Cada reencarnação de um texto tem por alvo um novo público, cuja participação e expectativas dão dirigidas não apenas pelos autores, mas por estratégias de publicação, ilustrações e tantos outros aspectos físicos do livro. (LYONS, op. cit., p.10)

Lyons aponta uma “nova” perspectiva: as questões relativas ao leitor e à leitura não podem ser limitadas à simples textualidade ou a um jogo de forças entre dominadores e dominados, elas implicam um olhar mais aberto que inclua investigações sobre o suporte material que veicula a escrita, sobre as condições histórico-sociais que regem essas relações de produção e consumo.

Historiadores da leitura como Martyn Lyons e Roger Chartier, apesar de reconhecerem um débito com as teorias alemãs, estabelecem um desdobramento dessas, ampliando seu

objeto de estudo e enfocando a materialidade do impresso. Nos enfoques teóricos destacados até aqui, o estudo da leitura e do leitor sempre remonta ao texto-palavra.

Com Chartier e Lyons, os estudos remontam ao texto-acontecimento, ao texto publicado – e a seu suporte, claro. Segundo Chartier,

O essencial é superar duas limitações. A primeira é que na tradição da história da literatura, e além da história da literatura, muitos trabalhos sobre os textos se esqueceram que estes não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência, esta materialidade geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas de oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta, etc. Todos estes elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido... (CHARTIER, 2001, p.30)

Para que se tenha uma investigação mais consistente das relações entre a literatura impressa e o público leitor não basta lidar com o texto-palavra, com o leitor implícito, é preciso redimensionar o objeto da pesquisa e perceber que o texto literário vai além das palavras e que o leitor não é somente aquela ficcionalização, ou aquela introjeção, que conduz e seduz quem lê, o texto literário é mais do que isso, é uma concretude que demanda investigação de seus aspectos materiais e gráficos, do espaço físico-social em que a palavra impressa vai circular, tanto quanto de seus aspectos literários.

O leitor introjetado no texto só pode contactar quem já é leitor, esse tipo de estrutura não forma leitores, pois exige do público uma competência prévia. É fundamental, então, que se estude o leitor e a leitura pelo rastreamento das estratégias dos produtores de bens culturais, para que se possa observar com que tipo de leitor eles pensavam contar e que tipo de consumidor de literatura impressa eles queriam formar, alcançando-os por elementos que indicavam o texto, mas não eram necessariamente a palavra.

Vale a pena retomar, aqui, a questão da crônica machadiana, ou melhor, da ausência da crônica machadiana no dia previsto: o espaço deixado vago por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* do dia 22 de outubro foi ocupado por um texto de Ferreira de Araújo, diretor do referido periódico.

Houve, apenas, uma alteração no título da seção usualmente ocupada pelo escritor fluminense: em lugar de “A Semana”, “Uma Semana”. Trocar a definição do “A” pela

indefinição do “Uma” poderia dar ao leitor habituado à coluna uma idéia de exceção, camuflando a lacuna e, simultaneamente, exibindo-a. Como tal estratégia discursiva/editorial se repetiu, pode-se pensar que talvez fosse um meio de ressaltar a singularidade, sim, mas também para valorizar tanto o cronista substituto, como o dono da coluna, em suma, para valorizar o próprio suporte do texto.

Ferreira de Araújo demonstra grande empenho em desculpar-se com o leitor:

Doente o cronista, doente ou alistado em um batalhão de voluntários, voluntário ou preso sem noção de culpa, preso ou nadador barrigudo, força é que alguém o substitua por esta vez só, amigo leitor, que há tempos trazes o paladar apurado pelo manjar dos deuses, que todos os domingos te servem. (ARAÚJO, in: ASSIS: op. cit., p.435)

Também o substituto brinca com a suspeita sobre a veracidade da doença do cronista e é o absurdo das desculpas que evidencia a necessidade das mesmas: somente por doença, guerra ou prisão o cronista poderia afastar-se do jornal, quebrando uma cadeia de publicações que simultaneamente criava e alimentava o horizonte de expectativas do leitor oitocentista. Era necessário ocupar o lugar deixado por Machado de Assis.

Outra questão que ressalta do fragmento acima: o leitor é um “amigo”, alguém a quem não se poderia decepcionar, um “amigo” que já se habituara a encontrar “manjares jornalísticos” naquela mesma seção do periódico, todo domingo. E não posso deixar de pensar na reação crítica dos modernistas a essa relação de familiaridade com o leitor, mas isso é objeto de outro artigo.

As desculpas se contextualizam: era preciso não deixar brechas que afastassem o receptor, que desacreditassem o jornal e a atividade jornalística. A questão do costume do consumidor de buscar elementos ratificadores do já conhecido nos jornais e demais periódicos é explicitada no parágrafo seguinte:

Contenta-te hoje com este cozido, e Oxalá que bem cozido seja, que nem nos deu a natureza com que levar-te aonde o cronista habitualmente te leva, aos mundos onde os homens têm espírito e maneiras, as senhoras graça e coração, e até os deuses andam de casaca...(Idem)

O importante mesmo era “alimentar” o público: assim como o almoço domingueiro, o hábito estabelecido pelo cronista machadiano parece ter um papel fundamental na interação do jornal com o receptor: resguardá-lo, ao que tudo indica, é essencial. Na crônica de 29 de outubro, em que retorna Machado de Assis, um outro aspecto dessa necessidade de se criarem e alimentarem hábitos de recepção aparece no diálogo do cronista com a leitora ousada e irrequieta:

- Não, não me mande embora, deixe-me ficar ainda um instante. É tão bom vê-la, mirá-la... E depois, advirto que estou apenas na tira oitava, e tenho de dar, termo médio, doze.
- Vamos; fale por tiras.
- Tomara poder falar-lhe por volumes, por bibliotecas. Não esgotaria o assunto: tudo seria pouco para dizer os seus feitiços e o gosto que sinto em estar a seu lado. (ASSIS, op.cit., p.409)

O cronista se rende ao “poder” do consumidor nessa sociedade que se capitaliza: precisa pedir que ele mantenha o fio da leitura. É necessário ao escritor manter seu espaço, daí a valorização do mesmo, que aparece no encarecimento do trabalho da escrita. Se ao leitor comum ocupar uma coluna jornalística semanal parece pouco, com o discurso do cronista percebe-se quão árduo é fornecer esse “entretenimento” com constância e regularidade.

A aridez da tarefa jornalística, que consiste no preenchimento de um determinado número de “tiras”, tenha o cronista assunto para isso ou não, tanto indicia uma dada obrigação profissional do jornalista – que deve ocupar um determinado espaço no papel, espaço este que lhe é prévia e sistematicamente indicado – quanto viabiliza a percepção de uma outra dimensão para o relacionamento escritor/jornal/público: a mídia textual, o suporte da escrita – o jornal – tinha suas particularidades, as quais precisavam ser respeitadas e obedecidas pelos dois outros termos da relação, de forma que se estabelecessem hábitos de consumo para o bem cultural em questão, i.e., a fim de que o que estivesse impresso pudesse ser conhecido por diferentes grupos sociais.

O aparecimento recorrente da mesma coluna, então, nos mesmos dias, em um dado periódico, seria, de um lado, sinal de circulação para o jornal e, de outro, segurança de “distração” para o consumidor. A palavra “distração” é fundamental para que se reflita sobre as relações entre o texto, o suporte e o receptor no século XIX: como sofremos séculos de

isolamento da escrita, de restrição do impresso, nossa sociedade habituou-se à oralidade como forma cultural. Construir hábitos de leitura foi uma empreitada hercúlea, e ainda é. Seduzir o público para o consumo dos periódicos foi uma das soluções encontradas pelos intelectuais de então.

Por que o jornal como mídia sedutora do receptor oitocentista? Entre muitas possíveis razões, deve-se destacar o preço, a forma, a portabilidade, a multiplicidade de assuntos, matérias, temas etc. “Distrair” o público consumidor emergente a preços módicos, em qualquer lugar, oferecendo-lhe material variado para conversas nas confeitarias e salões: todas essas características fizeram do jornal a mídia privilegiada para a escrita no dezenove brasileiro.

Retomando a crônica em estudo, o cronista machadiano dá os contornos metafóricos do perfil dessa leitora “exigente”:

Começa a décima segunda. A senhora faz-me lembrar uma borboleta que encontrei ontem na rua da Assembléia. A rua da Assembléia não é passeio ordinário de borboletas; não há ali flores nem árvores. Esta de que lhe falo, agitava as asas de um lado para outro, abaixo e acima, de porta em porta. Suspendendo as minhas reflexões aborrecidas, parei alguns instantes para observar. Evidentemente, estava perdida; descera de algum morro ou fugira de algum jardim, se os há ali perto. De repente, sumiu-se: eu meti a cabeça no chão e segui com as minhas cogitações tétricas. Mas a borboleta apareceu de novo, para tornar a sumir-se e reaparecer, segundo eu estacava o passo ou ia andando. Finalmente, encontrei um amigo que me convidou a tomar uma xícara de café e quatro boatos. A borboleta sumiu-se de todo. Conclua. (Idem, p.411-412)

Justamente na última tira, o cronista dá um “piparote” na leitora: através da imagem da borboleta, animal que voa e pousa cada minuto em um lugar diferente, ela é caracterizada como dispersiva e superficial. O interessante é que, para observá-la, ele “suspende suas reflexões”. Por que um homem grave se afastaria, ainda que rapidamente, de suas “cogitações tétricas” para ocupar-se de seres tão inconstantes? Que importância poderiam ter esses mesmos seres? O que os faria parte, ainda que transitória, do grupo que circulava pela rua da Assembléia – onde seriam discutidos assuntos econômicos, políticos, segundo se pode deduzir?

Os receptores da época, principalmente as mulheres, até mesmo pelo tipo de educação recebida e pelas exigências da sociedade quanto a seu comportamento, não se ocupavam profundamente de assuntos “graves”. As mulheres em especial eram direcionadas para temas relativos à beleza, à família, à educação dos filhos. As finanças ficavam por conta dos homens, a política também. Essas novas consumidoras do impresso satisfaziam-se com um olhar panorâmico sobre a diversidade jornalística, pousando os olhos, de quando em quando, em algum assunto mais “divertido”.

É nesse circuito que o jornalismo mostra a importância do suporte material para a sedução do leitor. Um livro de crônicas, para chegar às mãos de uma leitora “exigente”, demandaria uma série de artifícios que não garantiriam sua leitura; uma coluna de crônicas publicada em um periódico de interesse, no entanto, eliminaria os obstáculos próprios à circulação do impresso e permitiria um consumo descompromissado com questões outras, maiores que o lugar social, que a função social por ela (consumidora) exercida. E mais: “água mole em pedra dura...”, certamente, a publicação constante, ininterrupta, da tal coluna, permitiria a construção de hábitos de consumo do impresso – e do literário...

No século XIX brasileiro, ao que parece, independentemente de o escrito circular no livro ou no jornal, sua transformação em moeda cultural de troca cotidiana foi objetivo comum a toda a nossa elite intelectual. O consumo da cultura impressa tornou-se capital nessa época. Aumentá-lo era prioridade. Para isso, era preciso tornar essa cultura impressa não apenas um instrumento de educação distensa, informal: o consumidor educado dentro de determinados padrões passaria a exigir a permanência desses mesmos padrões. Ele teria as marcas dos textos que lhe eram impostos, até porque essa imposição não era explícita.

Na parte introdutória de *A letra e a voz*, Paul Zumthor estuda três formas de oralidade: a primária, própria de grupos analfabetos, sem contato algum com a escrita; a mista, que sofre influência externa da escrita; a terceira, chamada segunda, que se refaz pelo papel e pela tinta. Assim ele distingue cultura escrita (possuidora de uma escritura) e cultura letrada, na qual “...toda expressão é marcada mais ou menos pela presença da escrita...”(ZUMTHOR, 1993, p.18)

Mesmo voltada para a Idade Média europeia, as reflexões de Paul Zumthor abrem caminho para que se reflita sobre as práticas culturais oitocentistas brasileiras. Nós não eliminamos radicalmente a oralidade; aqui, escrita e oral partilham a cultura. E retomo a crônica machadiana para sustentar a afirmação: a leitora convida o cronista a “falar” por tiras e este responde-lhe que gostaria de “falar-lhe” por bibliotecas inteiras. A voz surge como

alternativa para o olho, permitindo que a leitura fique na interseção visual/auditivo e contactando diretamente o universo oral do leitor. É como se o texto efetivamente substituísse a interação diádica face a face a que se reporta Wolfgang Iser.

Um pouco mais do que o leitor implícito iseriano e um pouco menos que o leitor invasivo de Michel de Certeau, as ficcionalizações de leitor encontradas na narrativa machadiana e na literatura oitocentista brasileira como um todo, funcionariam como “iscas” para atrair o consumidor de bens culturais, como atrativos que apelariam para um processo de identificação capaz de, potencialmente, criar o hábito de ler literatura.

Escritores, editores e receptores eram partes distintas, mas complementares, do mesmo sistema intelectual, apenas não partilhavam o mesmo saber prévio. Daí, o leitor aparecer como uma “construção” dos criadores e produtores de bens culturais, daí sua constante introjeção nos textos: buscavam-se estratégias de “educação” dessa nova espécie cultural. Para alfinetar o leitor borboleteante, era preciso, muitas vezes, flunar com ele, permitir-lhe vôos e distrações. Segundo Machado de Assis, em “O Jornal e O Livro” (ASSIS, 1985[1859], V.III, p.945):

O livro era um progresso; preenchia as condições do pensamento humano? Decerto; mas faltava ainda alguma cousa; não era ainda a tribuna comum, aberta à família universal, aparecendo sempre com o sol e sendo como ele o centro de um sistema planetário. A forma que correspondia a estas necessidades, a mesa popular para a distribuição do pão eucarístico da publicidade, é propriedade do espírito moderno: é o jornal.

O Jornal é a verdadeira forma da república do pensamento.

O livro não basta à formação intelectual dos grandes grupos sociais porque não são todos os membros desses grupos que têm acesso a ele, mas o jornal pode servir a todos: é de menor custo, demanda menor tempo de leitura, alcança múltiplos pontos de interesse, pode ser lido/ouvido em rodas de rua ou salão, facilitando a informação dos que não são alfabetizados, é publicado com mais frequência e a periodicidade curta permite uma melhor difusão dos periódicos.

Para o escritor fluminense, o jornal seria popular, coletivo, reforçaria o sentido de unidade grupal, seria a comunicabilidade nacional concretizada em papel. Ao jornal caberia a tarefa de estabelecer um universo de receptores, a partir daquilo que era vivenciado no cotidiano da sociedade. Os antecessores do jornal diário – dentre eles destaque-se a leitura

coletiva, em praça pública, de ordens, leis, avisos oficiais – supriram, por alguns séculos, as necessidades de comunicação dos que aqui viviam e contribuíram para que se estabelecesse uma tradição de oralidade. O jornal dialoga com as marcas deixadas por essa tradição, revisita-a e a coloca em interação com as mudanças culturais trazidas pelo século XIX.

À imprensa periódica caberia, ao associar-se à literatura, formar o gosto, “educar” o leitorado, dar ao receptor oitocentista um instrumento de conhecimento e reflexão, de saber e crítica.

A invasiva leitora machadiana, implicitada nas crônicas aqui analisadas, é uma das estratégias dos produtores de cultura impressa, estratégia utilizada a fim de pôr em diálogo o passado oral e o presente impresso do Brasil pós-colonial. Assim, seria possível estabelecer hábitos de leitura, costumes de consumo de bens culturais, sem espantar essas “borboletas” das ruas da Corte e de outros espaços urbanos brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARAÚJO, Ferreira de. “22 de outubro de 1893”. In.: ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *A semana*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson Inc., 1957. V.1.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. “29 de outubro de 1893”. In.: _____. *A semana*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson Inc., 1957. V.1.
- _____. “O Jornal e O Livro”. In.: _____. *Obra completa*. 5ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1985. V.3.
- CHARTIER, Roger. “Do Livro à Leitura”. In.: _____ et alii. *Práticas da leitura*. Tradução de Cristiane Nascimento. Introdução de Alcir Pécora. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- DE CERTEAU, Michel. “Uma Operação de Caça”. In.: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre, Artmed, 2001.
- ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo, Ed.34, 1996.
- _____. “A Interação do Texto com o Leitor”. In.: LIMA, Luiz Costa (org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- _____. "The Reading Process: A Phenomenological Approach". In.: _____. *The implied reader. Patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1975.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- LYONS, Martyn. "A História da Leitura de Gutenberg a Bill Gates". In.: _____ e LEAHY, Cyana *A palavra impressa: histórias da leitura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.
- ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz: a "literatura" medieval*. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MICRO-CURRICULUM DA AUTORA:

Patrícia Kátia da Costa Pina é Mestre em Literatura Brasileira (UERJ, 1995), Doutora em Literatura Comparada (UERJ, 2000), Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz, em Ilhéus, na Bahia. É autora de artigos sobre a questão da formação do público leitor no Brasil, bem como do livro *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro*, publicado pela EDITUS, em 2002. E-mail: patpina@hotmail.com